

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº

13805.007972/95-37

Recurso n.º.

125.223 - EX OFFICIO

Matéria:

IRPJ E OUTROS - EXS: DE 1990 a 1994

Recorrente

DRJ EM SÃO PAULO - SP.

Interessado

F.N.C. COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Sessão de

21 de junho de 2001

Acórdão nº.

101-93.503

CORRECÃO MONETÁRIA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS -Incabível a exigência do reconhecimento da variação monetária ativa sobre depósitos judiciais, no curso da pendência, em vista da total indisponibilidade dos recursos por parte da contribuinte.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

EDÍSÓN PEREJBA RODRIGUES

Transioe

PRESIDENTE

FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA

RELATOR

FORMALIZADO EM:

01 AGO 2001

Processo n.º.

13805.007972/95-37

Acórdão n.º.

:101-93.503

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: KAZUKI SHIOBARA, SANDRA MARIA FARONI, LINA MARIA VIEIRA, RAUL PIMENTEL, CELSO ALVES FEITOSA e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.

ny

Processo n.º. :13805.007972/95-37

Acórdão n.º.

:101-93.503

Recurso nr.

125.223

Recorrente:

DRJ EM SÃO PAULO - SP.

RELATÓRIO

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em São Paulo, SP., recorre a este Conselho de sua decisão DRJ/SP nr. 022429/98.11.4762, de 21.09.98, que exonerou crédito tributário excedente ao vigente limite de alcada, ao apreciar a Impugnação tempestivamente interposta por F.N.C. COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado devidamente qualificada nos autos.

A irregularidade que ocasionou o lançamento fiscal julgado improcedente em 1 instância, consistiu em omissão de variações monetárias ativas decorrentes de diversos depósitos judiciais, efetuados para garantia de instância, nos períodos-base de 1990 a 1994, o que resultou inclusive nos lançamentos reflexos relativos a Imposto de Renda retido na Fonte, e Contribuição Social s/ o Lucro.

Ao julgar improcedentes os lançamentos a autoridade julgadora monocrática fundamentou-se em que:

"EMENTA"

CORRECÃO MONETÁRIA – A variação monetária ativa resultante de depósitos judiciais, deve ser apropriada como receita do exercício em que for autorizado o levantamento pela autoridade judicial competente.

IRFON/ILL e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO - O decidido quanto ao lançamento do IRPJ deve prevalecer na análise do lançamento reflexo.

Impugnação deferida.

Ë o Relatório.



4

Processo n.º. :13805.007972/95-37

Acórdão n.º.

:101-93.503

VOTO

Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, Relator.

O recurso de ofício foi interposto nos termos do art. 34, inciso I do

Decreto nr. 70.235/72, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nr. 8.748/93, e dele

tomo conhecimento, uma vez que o imposto e multa exonerados excede o limite de

alcada estabelecido pela Portaria MF/333, de 11.12.97.

A decisão recorrida não merece reparos na medida em que julgou

improcedente os lançamentos consubstanciados nos autos de infração IRPJ e reflexos,

eis que a empresa procedeu na conformidade com torrencial jurisprudência deste

Colegiado.

Como restou reconhecido, não havendo integração ao patrimônio da

pessoa jurídica da correção monetária dos valores depositados em Juízo, a receita

decorrente não poderá ser considerada como percebida desde logo. Admitir o contrário

seria permitir a cobrança de tributos antes de seu fato gerador independentemente da

certeza de sua ocorrência.

No tocante ao procedimento reflexo relativo ao IRRFonte e

Contribuição Social s/ o Lucro, o decidido em relação ao IRPJ, se estende aos

decorrentes, ante o nexo causal existente.

Processo n.º.

:13805.007972/95-37

Acórdão n.º.

:101-93.503

Na esteira dessas considerações, voto pela negativa de provimento do recurso de ofício.

Sala das Sessões - DF em 21 de junho de 2001

FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA